

**-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --**

Com base na legislação brasileira sobre arquivo e em princípios e conceitos arquivísticos, julgue os itens que se seguem.

**96** O órgão central do Sistema Nacional de Arquivos é o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O órgão central do Sistema Nacional de Arquivos é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). É o que estabelece o art. 2.º do Decreto n.º 4.073/2002.

**97** O conceito de ciclo de vida dos documentos foi desenvolvido pelo arquivista americano T. R. Schellenberg, que escreveu sobre o período de vida útil dos documentos, que compreende desde o uso corrente até o destino final.

JUSTIFICATIVA - Certo. O conceito de ciclo de vida é um conceito de uso comum. Ele indica que os documentos não são estáticos, mas tem uma vida similar ao de organismos biológicos: nascem, vivem e morrem. A ideia foi desenvolvida na América do Norte por Schellenberg, que escreveu sobre o período da vida útil dos documentos, que inclui o uso corrente até a destinação final.

**98** Organicidade consiste na característica de os documentos de arquivo serem únicos, produzidos em um único exemplar.

JUSTIFICATIVA - Errado. No contexto de arquivos e arquivologia, organicidade corresponde à característica de os documentos de arquivo estarem inter-relacionados e fazerem parte de um todo maior, resultante das atividades e funções da entidade (pessoa, instituição ou organização) que os produziu ou acumulou. Essa relação é natural e surge de forma orgânica, ou seja, os documentos não são criados isoladamente, mas em função das atividades e processos administrativos, legais ou operacionais da entidade.

**99** Os documentos de arquivo devem abranger conteúdo, contexto e estrutura.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os documentos de arquivo devem possuir conteúdo, contexto e estrutura. Conteúdo: um documento deve refletir os fatos sobre a atividade. Contexto: o documento deve estar apoiado por informação sobre as circunstâncias em que foi criado e usado. Estrutura: o documento deve refletir os relacionamentos entre suas partes constituintes.

**100** Uma das competências do Conselho Nacional de Arquivos é estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos, com vistas à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 2.º, inciso I, do Decreto n.º 4.073/2002, dispõe que compete ao CONARQ estabelecer diretrizes para o funcionamento do SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos.

**101** O conceito de proveniência, tradicionalmente associado à origem dos documentos, foi reinterpretado, sendo atualmente entendido como o vínculo material entre um conjunto documental e um único produtor.

JUSTIFICATIVA - Errado. Tradicionalmente entendido como uma referência à origem administrativa dos documentos, o termo proveniência é agora frequentemente reinterpretado para incluir uma compreensão das funções e atividades subjacentes à criação e manutenção dos documentos. Inclusive, trata-se de um conceito intelectual e não mais material, relacionado, também, à multiproveniência, ou seja, a um conjunto documental e vários produtores.

Considerando as normas nacionais e internacionais de arquivo e de gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

**102** O sistema de gestão de documentos de arquivo de determinada organização deve ser documentado e incluir

declarações sobre o seu escopo e o diagnóstico da situação arquivística da organização.

JUSTIFICATIVA - Errado. A organização deve documentar seu SGDA e deve incluir declarações autorizadas sobre: o escopo do SGDA; as políticas e os objetivos; a interdependência e os relacionamentos entre o SGDA e outros sistemas; procedimentos documentados; documentação determinada pela organização como necessária. Não há menção sobre diagnóstico. ABNT NBR ISO 30301.

**103** Entre os princípios da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, encontra-se a descrição multinível, que consiste na organização dos documentos de arquivo de forma hierárquica, em que cada nível fornece mais detalhes à medida que se avança na descrição, sendo um desses níveis a subsérie.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os níveis de descrição são os seguintes: fundo, seção, série, subsérie, dossiê e item. Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

**104** A tomada de decisão baseada na evidência é um dos princípios em que se assenta o sistema de gestão de documentos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A tomada de decisão baseada na evidência, liderança e responsabilidade e compromisso das pessoas são princípios para o êxito do sistema de gestão de documentos. ABNT NBR ISO 30300.

**105** Uma das áreas previstas na Norma Internacional de Descrição de Funções é a de pontos de acesso e indexação de assuntos.

JUSTIFICATIVA - Errado. As áreas da ISDF são as seguintes: identificação, contextualização, relacionamentos e controle. Conselho Internacional de Arquivos ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

**106** De acordo com a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, os registros de autoridade arquivística podem ser usados para o controle da criação e do uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Registros de autoridade arquivística podem ser usados para: **a.** descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico; **b.** controlar a criação e o uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas; **c.** documentar relações entre diferentes produtores de documentos e entre essas entidades e os documentos que produziram e(ou) outros recursos sobre ou produzidos por essas mesmas entidades. Conselho Internacional de Arquivos ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

**107** Documento confiável é definido como aquele que foi produzido e(ou) recebido pela pessoa que de fato o produziu ou o recebeu.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a norma ABNT NBR ISO 30300, o documento confiável é aquele cujo conteúdo é uma representação completa das operações, das atividades ou dos fatos que testemunham, aos quais podem se recorrer no caso de operações posteriores. A definição apresentada no item é de documento autêntico.

Em relação aos instrumentos de gestão de documentos (plano de classificação e tabela de temporalidade), julgue os itens seguintes.

**108** O tempo de guarda de qualquer documento no arquivo corrente é definido por legislação específica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, nem todos os documentos encontram indicação de tempo no arquivo corrente na legislação que normatiza a atividade que gerou o documento. A maior parte, inclusive, é dada pelas necessidades administrativas, que somente o acumulador do documento é capaz de informar.

**109** A classificação estrutural é a mais adequada para a elaboração de planos de classificação de organizações institucionalmente instáveis.

JUSTIFICATIVA - Errado. A classificação estrutural é baseada na estrutura organizacional do órgão e, por isso, menos adequada para órgãos instáveis institucionalmente, os quais exigem mudanças periódicas do instrumento.

**110** Os princípios de classificação comumente utilizados na elaboração do plano de classificação são função, atividade e tarefa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os princípios de classificação por função, atividade e tarefa são comumente utilizados para definir os níveis de classificação de um plano ou código. É o conhecido FAT, como registra a literatura de referência.

**111** A indicação da destinação final de um documento para a guarda permanente em uma tabela de temporalidade pode ser realizada sem que seja necessário passar o documento pelo arquivo intermediário.

JUSTIFICATIVA - Certo. Não há nada que obrigue a passagem dos documentos pelo arquivo intermediário, exceto se necessário o cumprimento de prazo prescricional ou precautório.

**112** A menor unidade de classificação na estrutura de um plano ou código de classificação corresponde ao item documental.

JUSTIFICATIVA - Errado. As unidades de classificação não devem ser confundidas com os objetos a serem classificados, como o item documental.

Julgue os próximos itens, relativos a avaliação e destinação de documentos de arquivo.

**113** A eliminação de documentos que não constarem da tabela de temporalidade e destinação de documentos será realizada mediante autorização excepcional da instituição arquivística pública competente.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com a Resolução CONARQ n.º 40/2014, com as alterações promovidas pela Resolução CONARQ n.º 44/2020: “Art. 2.º (...) § 2.º A eliminação de documentos que não constarem da tabela de temporalidade e destinação de documentos será realizada mediante autorização excepcional da instituição arquivística pública, em sua esfera de competência.”.

**114** Comodato, recolhimento, doação e permuta são formas de entrada de acervos arquivísticos nos arquivos públicos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com a prática arquivística e com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p.85), que assim define o verbete:

**Entrada de documentos**

Ingresso de documentos em arquivo [instituição], seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência.

**115** Depois de elaborado o plano de classificação de documentos de arquivo, a instituição deve criar uma comissão permanente de avaliação de documentos de arquivo para dispor sobre os prazos de guarda e destinação dos documentos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O plano de classificação deve ser elaborado pela comissão permanente de avaliação, portanto ela não pode ser criada após ele estar pronto. Assim, a assertiva contraria o Decreto n.º 10.148/2019, que prevê: “Art. 9.º Serão instituídas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, órgãos técnicos com o objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final, nos termos da legislação vigente e das normas do Siga, com as seguintes competências: I elaborar os códigos de classificação de documentos e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, que são instrumentos técnicos de gestão relativos às atividades-fim de seus órgãos e entidades e submetê-los à aprovação do Arquivo Nacional;”.

**116** É permitida a eliminação de documento classificado em grau de sigilo secreto, desde que decorridos o prazo de sigilo e o prazo de guarda previsto em tabela de temporalidade e destinação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Uma vez classificado com secreto, o documento torna-se, automaticamente, de valor permanente, mesmo que a classificação arquivística recebida (código de classificação) e a avaliação vinculada a ela não prevejam tal destinação. Conforme disposto no Decreto n.º 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, “Art. 39. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei n.º 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.”.

Considerando as normas de descrição arquivística, elaboração de instrumentos de pesquisa e RiC (*records in contexts*), bem como a difusão de documentos, julgue os seguintes itens.

**117** Publicações, promoção de eventos e visitas guiadas são típicas ações de divulgação/difusão nos arquivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Divulgação é o conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências. Como ações de difusão, destacam-se: exposições, publicações impressas, instrumentos de pesquisa, visitas guiadas e conteúdos difundidos na Internet.

**118** A utilização de planos de classificação para a organização dos documentos nos arquivos correntes e quadros de arranjo nos arquivos permanentes integra a função arquivística de classificação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a literatura de referência, a função classificação diz respeito à criação e à utilização de planos de classificação que reflitam as funções, atividades e ações ou tarefas da instituição acumuladora dos documentos arquivísticos nas fases corrente e intermediária e a elaboração de quadros de arranjo na fase permanente.

**119** A descrição baseada no conceito de RiC é multidimensional, diferentemente das descrições de documentos de arquivo que a precederam, que eram hierarquizadas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A descrição mencionada no item é uma nova representação multidimensional, não mais hierárquica, mas apresentada como uma rede de relações em grafos, que mudou substancialmente o enfoque multinível inicial usado na descrição dos documentos de arquivo e ficou evidente nas novas entidades e suas relações do modelo conceitual RiC- CM e, posteriormente, no

RiC-O.

- 120 Segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, data crônica corresponde ao elemento de identificação do local de produção de um documento.

JUSTIFICATIVA - Errado. A definição apresentada no item é de data tópica. Segundo o Glossário da NOBRADE, data crônica é o elemento de identificação cronológica que tem por referencial um calendário; e data tópica é o elemento de identificação do local de produção de um documento.

Julgue os itens a seguir, que tratam da diplomática contemporânea e da preservação de documentos arquivísticos.

- 121 Ações de higienização da área de depósito, de redução da luminosidade incidente e de obturação dos documentos são parte das atividades de conservação preventivas.

JUSTIFICATIVA - Errado. Embora as ações iniciais sejam, de fato, conservação preventiva, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p.145), obturação, também chamada de reintegração, não é uma atividade de conservação preventiva.

**“Reintegração**

Processo de restauração, manual ou mecânico, em que se usa uma suspensão de fibras para reparar documentos danificados por perda de suporte. Também chamado *obturação*.”.

- 122 O selo não é considerado o elemento extrínseco mais importante nos documentos contemporâneos, sendo, inclusive, incomum.

JUSTIFICATIVA - Certo. O selo, elemento extrínseco mais importante dos documentos medievais, é o menos comum e relevante nos documentos contemporâneos.

- 123 A preservação de documentos arquivísticos não digitais ainda carece de regulamentação específica do Conselho Nacional de Arquivos, sendo sequer mencionada em normas que tratam da gestão de documentos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Embora não exista muita regulamentação do CONARQ a respeito da preservação de documentos, preservação abrange aspectos de conservação e restauração que são tratados na Resolução n.º 34/2012, que dispõe sobre a adoção das recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Então, já existe, no mínimo, um início de regulamentação. Além disso, diversas outras normas que tratam da gestão de documentos deixam claro que um dos objetivos é a preservação, como, por exemplo, a Resolução n.º 27/2008: “Art. 6.º Os programas de gestão de documentos arquivísticos do âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, deverão contemplar obrigatoriamente: (...) III - Programa de preservação documental, contemplando as etapas de produção, armazenamento e manuseio do documento arquivístico em todos os suportes.”.

- 124 Segundo a terminologia arquivística, ofício é uma espécie documental empregada para a comunicação oficial entre instituições.

JUSTIFICATIVA - Certo. O ofício é uma espécie documental, tal como se observa na definição: configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - Dibrate (Arquivo Nacional, 2005, p.85):

**“Espécie documental**

Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.”.

Adicionalmente, cabe observar que o Manual de Comunicação

Oficial do Governo do Distrito Federal (2023) assim o descreve:

**“Ofício**

Documento de comunicação utilizado pelo governo para tratar de assuntos oficiais com órgãos ou entidades públicas, com pessoa jurídica de direito privado ou com pessoa física. É encaminhado a um único destinatário.” (p.74)

No que concerne à indexação de documentos, julgue os itens subsequentes.

- 125 A diferença principal entre a indexação automática e a semiautomática é que, nessa última, é facultativa a atuação de um ser humano.

JUSTIFICATIVA - Errado. A presença humana é obrigatória. **Indexação semiautomática:** relaciona-se ao processo em que um sistema computacional realiza a atividade de análise de texto do documento e, posteriormente, um indexador humano avalia os termos para indexação indicados pelo sistema, escolhendo assim, os termos que serão efetivamente empregados para representar o documento.

• **Indexação automática:** consiste na seleção automática dos termos por um *software* ou sistema, levando-se em conta critérios estatísticos da ocorrência dos termos no texto dos documentos.

- 126 Ao se indexar o documento por meio da técnica de extração, atribuem-se termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio documento.

JUSTIFICATIVA - Errado. Ao contrário da assertiva, a extração ou derivação ocorre quando a indexação se utiliza de palavras ou expressão do próprio documento, conforme A indexação pode acontecer de duas maneiras: por derivação ou extração — palavras ou expressões que ocorrem no documento são selecionadas para representar o seu conteúdo temático — e por atribuição, que envolve a atribuição de termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio.

- 127 A indexação pressupõe a extração de conceitos que possam representar o conteúdo do documento e a tradução desses conceitos em uma linguagem de descrição.

JUSTIFICATIVA - Errado. O correto é linguagem de indexação, não de descrição. No domínio da ciência da informação, a indexação pode ser definida como o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento em termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992). Esse processo envolve duas etapas: a extração dos conceitos que possam representar o assunto de um documento e a tradução desse conceito para uma linguagem de indexação.

- 128 Define-se indexação como o processo pelo qual documentos ou informações são representados por termos, palavras-chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está de acordo com a descrição do verbete “indexação” no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 107).

Julgue os próximos itens, que versam sobre políticas de acesso a documentos de arquivo.

- 129 Arquivistas têm acesso a todos os arquivos fechados e neles realizam o trabalho arquivístico necessário.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o princípio 9 dos princípios de acesso aos arquivos do Conselho Internacional de Arquivos, “Arquivistas têm acesso a todos os arquivos fechados e neles realizam o trabalho arquivístico necessário”. Os membros da equipe têm acesso ao acervo com informações restritas, a fim de organizar e descrever documentos, realizar atividades de preservação e implementar as restrições de acesso. Se os membros da equipe precisam trabalhar com documentos considerados de segurança

nacional ou outros especialmente protegidos, eles cumprem os procedimentos que os autorizam a manuseá-los.

- 130** Instituições custodiadoras de arquivos garantem que vítimas de crimes graves previstos nas leis internacionais tenham acesso a documentos que proporcionem a evidência necessária à afirmação de seus direitos humanos e à prova de sua violação, mesmo se esses documentos estiverem fechados ao público em geral.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o princípio 6 dos princípios de acesso aos arquivos do Conselho Internacional de Arquivos, “Instituições custodiadoras de arquivos garantem que vítimas de crimes graves segundo as leis internacionais tenham acesso a documentos que proporcionam a evidência necessária à afirmação de seus direitos humanos e à prova de sua violação, mesmo se esses documentos estiverem fechados ao público em geral”. As pessoas elegíveis para acesso com base nessa exceção devem atender aos critérios estabelecidos na versão atualizada dos princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos através da ação de combate à impunidade do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

- 131** Instituições custodiadoras de arquivos devem garantir que restrições operacionais não impeçam o acesso aos arquivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o princípio 8 dos princípios de acesso aos arquivos do Conselho Internacional de Arquivos, “Instituições custodiadoras de arquivos garantem que as restrições operacionais não impeçam o acesso aos arquivos”. Pedidos de acesso são processados sem discriminação com base na raça, sexo, religião, crença ou condição social dos solicitantes. As “pessoas com deficiência, analfabetos ou desfavorecidos e que de outra forma teriam dificuldades significativas no uso de arquivos” recebem assistência para garantir que tenham as mesmas oportunidades de se beneficiar de acesso aos documentos.

- 132** Usuários não têm o direito de apelar de uma negação de acesso a documento de arquivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva está de acordo com o princípio 7 dos Princípios de acesso aos arquivos, segundo o qual “Usuários têm o direito de apelar de uma negação de acesso” (p. 17).

Conselho Internacional de Arquivos. Comitê de Boas Práticas e Normas. Grupo de Trabalho sobre Acesso. Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições [recurso eletrônico] / Conselho Internacional de Arquivos [Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca]. Dados eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

Em relação aos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, julgue os itens que se seguem.

- 133** No escopo dos metadados, o parágrafo é uma estrutura conceitual utilizada para definir o caráter do processamento de recursos de informação e é aplicado exclusivamente a sistemas automatizados baseados em inteligência artificial.

JUSTIFICATIVA - Errado. No escopo dos metadados, o parágrafo é uma estrutura conceitual para definir o caráter do processamento de recursos de informação. Embora não haja necessidade de ser aplicado exclusivamente a sistemas automatizados baseados em inteligência artificial, o termo parágrafo pode ser usado, atualmente, para explicar a função da inteligência artificial nos arquivos.

- 134** O documento digital é um componente digital ou grupo de componentes digitais salvo, tratado e gerenciado como um documento.

JUSTIFICATIVA - Certo. O documento digital é um componente digital, ou grupo de componentes digitais, salvo, tratado e gerenciado como um documento.

- 135** Conforme o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), requisitos não funcionais são aqueles que não estão diretamente relacionados à funcionalidade do sistema e, portanto, não são relevantes para a sua implementação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), os requisitos não funcionais são aqueles que não estão diretamente relacionados à funcionalidade do sistema, mas que são relevantes para a sua implementação. (p. 15)

- 136** O gênero documental, ou seja, a configuração da informação no documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do documento, inclui-se entre os requisitos mínimos exigidos para os documentos digitalizados por pessoas jurídicas de direito público interno.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os metadados mínimos exigidos para documentos digitalizados por pessoas jurídicas de direito público interno incluem o gênero, definido como “a configuração da informação no documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do documento”, conforme o anexo 2 do Decreto n.º 10.278/2020.

- 137** A compreensão dos metadados, tanto em documentos tradicionais quanto em documentos digitais, depende do contexto administrativo; entretanto os documentos digitais independem da descrição da função da informação registrada.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, os documentos tradicionais dependem de um contexto administrativo para serem compreendidos. Os documentos eletrônicos/digitais se apoiam em um contexto administrativo, mas precisam igualmente de metadados que descrevam a função da informação registrada.

- 138** As tecnologias semânticas da Web, como o RDF (*resource description framework*) e as ontologias, são baseadas na noção de URI (*uniform resource identifier*), que identificam apenas recursos de descrição.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, as tecnologias semânticas da Web como o RDF e as ontologias são baseadas inteiramente na noção de URI, que já não identificam apenas recursos, mas também pessoas, conceitos etc.

Acerca da preservação digital, julgue os seguintes itens.

- 139** O OASIS (*open archival information system*) define dois modelos: o funcional, que, além de descrever as funções atribuídas a um repositório digital, define detalhadamente funções (admissão, arquivamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso); e o de informação, que estabelece os metadados para preservar e acessar as informações armazenadas em um repositório digital.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a literatura da área, o OASIS define um modelo funcional e um modelo de informação. O modelo funcional descreve as funções atribuídas a um repositório digital, além de definir detalhadamente funções como: admissão, arquivamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso. Já o modelo de informação estabelece os tipos mais amplos de informação (ou metadados) necessários para preservar e acessar as informações armazenadas em um repositório digital.

- 140** Segundo a perspectiva do ciclo vital ininterrupto, um mesmo ambiente de gestão e preservação de documentos apresenta as seguintes vantagens: proximidade do documento com o produtor; descentralização da guarda em depósitos; e

acesso direto ao documento.

JUSTIFICATIVA - Errado. A perspectiva do ciclo vital ininterrupto apresenta um entendimento diferenciado sobre a gestão arquivística dos documentos arquivísticos digitais, uma vez que a gestão e a preservação se unem, formando o conceito de documentos contínuos o qual permite um processo de gestão e preservação mais eficaz, através de um ciclo de vida ininterrupto, considerando-se, nesse caso, que esses documentos podem ter um único ambiente de gestão e preservação, uma vez que algumas questões, como proximidade do documento com o produtor, descentralização da guarda em depósitos específicos para cada idade e acesso direto ao documento convencional podem ser desconsideradas em relação ao ciclo de vida tradicional.

- 141 Conforme o modelo OAIS (*open archival information system*), a cadeia de custódia dos documentos é representada por três ambientes: o ambiente de produção ou gestão, o ambiente de preservação e o ambiente de acesso, difusão, descrição e representação dos documentos.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a literatura de referência na área, no modelo OAIS, a cadeia de custódia dos documentos é representada por três ambientes: o ambiente de produção, o ambiente de preservação e o ambiente de acesso, difusão, descrição e representação dos documentos.

- 142 O gerenciamento dos documentos de um repositório digital confiável deve alinhar-se com o modelo de referência OAIS (*open archival information system*), que estabelece a formação de pacotes de informação de conteúdo, mas não de informação de representação.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto na Resolução n.º 43/2015 do Conselho Nacional De Arquivos (CONARq):

“O gerenciamento dos documentos de um repositório digital confiável deve estar de acordo com o modelo de referência OAIS, que estabelece a formação de pacotes de informação envolvendo os documentos digitais (informação de conteúdo) e seus metadados (informação de representação).”

- 143 Um repositório digital confiável deve ser capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário, observados os seguintes fatores relativos às responsabilidades organizacionais e de curadoria dos repositórios: escopo dos materiais depositados, gerenciamento do ciclo de vida e preservação, atuação junto a uma ampla gama de parceiros, questões legais relacionadas com a propriedade dos materiais armazenados e implicações financeiras.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com o disposto na Resolução n.º 43/2015 do Conselho Nacional De Arquivos (CONARq):

“Um repositório digital confiável é um repositório digital que é capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário. Para cumprir essa missão, segundo o relatório *Trusted Digital Repositories: attributes and responsibilities* (RLG/OCLC, 2002), os repositórios digitais confiáveis devem:

[...] observar os seguintes fatores relativos às responsabilidades organizacionais e de curadoria dos repositórios: escopo dos materiais depositados, gerenciamento do ciclo de vida e preservação, atuação junto a uma ampla gama de parceiros, questões legais relacionadas com a propriedade dos materiais armazenados e implicações financeiras.”

- 144 Segundo resolução do Conselho Nacional de Arquivos, um repositório arquivístico digital confiável deve restringir-se aos procedimentos arquivísticos da fase de tramitação dos documentos e seus representantes digitais, atendendo aos requisitos de um repositório digital confiável.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto na Resolução n.º 43/2015 do Conselho Nacional De Arquivos (CONARq):

“Um repositório arquivístico digital confiável deve ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável.”

Com base na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens que se seguem.

- 145 Os prazos máximos de restrição de acesso a informações ultrassecretas, secretas ou reservadas começam a vigorar na data de sua classificação pela autoridade competente.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o § 1.º do art. 24 da Lei de Acesso à Informação, os prazos máximos de restrição de acesso à informação ultrassecreta, secreta ou reservada vigoram a partir da data de sua produção.

- 146 A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instituída no âmbito da administração pública federal, é incumbida de rever a classificação de informações secretas ou reservadas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada.

JUSTIFICATIVA - Errado. O *caput* do art. 35 da Lei de Acesso à Informação previa tal competência, porém foi vetado. Conforme o § 1.º, II, do mesmo artigo, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações terá competência para: “II rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7.º e demais dispositivos desta Lei;”.

- 147 Os objetivos do Núcleo de Segurança e Credenciamento, instituído no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, incluem promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas e garantir a segurança de informações sigilosas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está aparada no art. 37, I e II, da Lei de Acesso à Informação.

Considerando o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 148 Entre as competências do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, estão a de elaborar relatórios anuais de avaliação da execução das ações da Política Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade e a de sugerir ações a serem realizadas pela autoridade nacional de proteção de dados.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está em conformidade com o disposto nos incisos II e III do art. 58-B da LGPD.

- 149 O acesso a dados pessoais tratados pelo controlador, caso solicitado por seu titular, será providenciado, mediante requisição do titular devidamente justificada, em formato simplificado ou por meio de declaração clara e completa, desde que autorizado pela autoridade nacional de proteção de dados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na LGPD, não é prevista a condição de autorização da autoridade nacional para a disponibilização dos dados pessoais ao próprio titular. Segue parte da redação dos arts. 18 e 19 da LGPD.

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I confirmação da existência de tratamento;

II acesso aos dados;

(...)

Art. 19. A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais

serão providenciados, mediante requisição do titular:  
I em formato simplificado, imediatamente; ou  
II por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.

- 150** O uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado deve ser informado ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais e dependerá de consentimento do titular dos dados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o art. 27 da LGPD, a informação deve ser prestada à autoridade nacional, com consentimento do titular. Não há a previsão de informação ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Acerca do uso de assinaturas eletrônicas conforme previsto pela Lei n.º 14.063/2020, julgue os itens seguintes.

- 151** Admite-se assinatura eletrônica simples em interações com ente público de menor impacto e que não envolvam informações protegidas por grau de sigilo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 14.063/2020:

“Art. 5.º No âmbito de suas competências, ato do titular do Poder ou do órgão constitucionalmente autônomo de cada ente federativo estabelecerá o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e em interações com o ente público.

§ 1.º O ato de que trata o *caput* deste artigo observará o seguinte:

I a assinatura eletrônica simples poderá ser admitida nas interações com ente público de menor impacto e que não envolvam informações protegidas por grau de sigilo;”.

- 152** Para os efeitos da citada lei, as assinaturas eletrônicas são classificadas em simples, moderada, avançada e qualificada.

JUSTIFICATIVA - Errado. A classificação “moderada” não existe na Lei n.º 14.063/2020.

- 153** Quando emitidos em meio eletrônico, os receituários de medicamentos sujeitos a controle especial e os atestados médicos somente serão válidos com assinatura eletrônica qualificada do profissional de saúde.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva condiz com o art. 13 da Lei n.º 14.063/2020.

A criptografia é o método de codificação de dados segundo algoritmo específico e chave secreta. A respeito desse tema, julgue os próximos itens.

- 154** A utilização da criptografia de chave assimétrica possibilita o uso de certificação digital ou assinatura digital.

JUSTIFICATIVA - Certo. A chave assimétrica é emitida por autoridade competente e permite que o fluxo dos dados criptografados sejam identificados em cada fase, o que possibilita que a certificação desse processo seja possível.

- 155** Os objetivos básicos da criptografia são a confidencialidade, o sigilo, a autenticação, a integridade, o não repúdio e o anonimato.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva reproduz os objetivos previstos na legislação para garantir que os dados criptografados sejam seguros tanto em relação ao conteúdo (confidencialidade, sigilo, autenticidade, integridade) e quanto ao emissor (não repúdio e anonimato).

- 156** A criptografia de chave simétrica é a mais indicada no que diz respeito à segurança da informação voltada à confidencialidade.

JUSTIFICATIVA - Certo. A utilização da chave simétrica garante que apenas o emissor e o receptor terão conhecimento da mensagem, pois utilizam a mesma chave.

- 157** A criptografia é usada como um dos principais mecanismos de segurança para proteção contra acessos indevidos os dados, tanto os que trafegam pela Internet quanto os armazenados em computadores.

JUSTIFICATIVA - Certo. Ao se utilizar a criptografia para codificar os dados, tem-se a garantia de que apenas os emissores e os receptores indicados terão acesso a eles.

Tendo como referência a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP/Brasil), julgue os itens subsecutivos.

- 158** Nos casos de acordos de certificação lateral ou cruzada, é vedado a qualquer autoridade certificadora certificar nível diverso do subsequente ao seu.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no art. 9.º da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, segundo o qual “É vedado a qualquer AC certificar nível diverso do imediatamente subsequente ao seu, exceto nos casos de acordos de certificação lateral ou cruzada, previamente aprovados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.”.

- 159** Uma das competências da autoridade certificadora raiz é a emissão de certificados para o usuário final.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no parágrafo único do art. 5.º da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, segundo o qual “É vedado à AC Raiz emitir certificados para o usuário final.”.

- 160** O par de chaves criptográficas será gerado pela autoridade certificadora, que deterá o controle, o uso e o conhecimento exclusivo da chave privada de assinatura do titular.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no parágrafo único do art. 6.º da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, segundo o qual “O par de chaves criptográficas será gerado sempre pelo próprio titular e sua chave privada de assinatura será de seu exclusivo controle, uso e conhecimento.”.